

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



ISBN: 978-85-99540-88-6

“JOVENS TRANS” E O DIREITO À EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A (NÃO)FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS/ES DA REDE PÚBLICA DE CORUMBÁ (MS)

Sanderson Fardim Fernandes
Professor da Rede Pública de Educação da Cidade de Corumbá e Mestrando no Programa de
Pós-Graduação em Educação do Campus Pantanal da UFMS

Tiago Duque
Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus Pantanal e do Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Humanas da UFMS

RESUMO:

Esse artigo apresenta dados iniciais da pesquisa de mestrado em desenvolvimento “*Jovens trans e as escolas públicas de Corumbá: ausências e permanências*”. Esses dados trazem à tona o problema da falta de formação de professoras/es sobre o tema identidade de gênero e diversidade sexual, que é um dos fatores que refletem no abandono escolar das “*jovens trans*”. As experiências analisadas referem-se ao contexto fronteiro Brasil-Bolívia, das escolas públicas de Corumbá/MS. A metodologia utilizada parte das minhas experiências de professor da rede pública de educação, bem como, dados das entrevistas realizadas para a pesquisa de mestrado citada anteriormente. Do ponto de vista teórico-metodológico, as análises seguem uma rede de autoras/es pós-estruturalistas – feministas, foucaultianos/as e, especialmente, queers.

Palavras-chave: Currículo. Formação de Professores. Abandono escolar. Jovens trans.

Introdução:

Esse artigo apresenta dados iniciais da pesquisa em andamento no Mestrado em Educação do Campus Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGE-CPAN-UFMS), intitulada “*Jovens trans e as escolas públicas de Corumbá: ausências e permanências*”, sob a orientação do Prof. Dr. Tiago Duque. O seu objetivo geral é analisar as experiências de ausências e permanências de “*jovens trans*” com as escolas públicas de Corumbá (MS) – Brasil.

Apresentamos em forma de relato de experiência, as minhas vivências como professoras da rede pública de educação na cidade de Corumbá e dados do trabalho de campo referente à pesquisa já citada, ligados às questões de identidade de gênero e diversidade sexual na região de fronteira Brasil-Bolívia. Assim, neste artigo, sobre problema da falta de formação de professoras/es em temas como identidade de gênero e diversidade sexual, como um dos fatores que ocasionam o abandono escolar por parte de “*jovens trans*”. Contribuem significativamente para essas investigações autoras/es pós-estruturalistas – feministas, foucaultianos/as e, especialmente, queers.

As interlocutoras dessa pesquisa são denominadas “*jovens trans*”. Elas são identificadas como homens efeminados que se montam, como travestis ou mulher transexual, todas dentro de uma multiplicidade de experiências, que não são fixas e na faixa etária de 18 a 29 anos. Os dados das entrevistas partem dos relatos dessas jovens com a escola. As minhas experiências como professor, levam em consideração o ambiente da escola, sendo a sala de aula e dos professores os principais espaços de interação que me ofereceu informações ao longo da minha experiência como professor que aqui apresento.

Portanto, a metodologia empregada nesse estudo é de cunho qualitativo. O tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada, que para Eduardo José Manzini (1990/1991, p.154) é uma técnica mais flexível de entrevista, que possibilita o entrevistador ajustar as perguntas, a partir de questões previamente roteirizadas, pois é similar a um diálogo. Assim, convidei cinco interlocutoras. Depois de levantados os dados, eles foram transcritos.

Os dados da pesquisa pretendem contribuir para reflexões que possam responder às dificuldades que as/os professores e as escolas têm em lidar com as questões de identidade de gênero e diversidade sexual na escola. Portanto, inicio aqui, relatando a minha experiência em ter uma estudante do ensino médio, da rede pública de educação, que se identificava como travesti, aqui, para nos referir a ela, usamos o nome fictício de Brenda.

“E agora? Como vou chama-la?”

Fazer a chamada seguindo a lista de presença parece ser um ato simples dentro de uma sala de aula. Mas, na minha experiência, esse momento foi marcado por um divisor de águas, quando me questionei que caminhos a serem seguidos quando o assunto era as questões de gênero e sexualidade, ou seja, reproduzir ou se refletir.

É óbvio que reproduzir o preconceito não era uma opção correta, pois como professor, necessitamos lutar contra esse ato. Então, decidi refletir sobre uma pergunta que fazia para mim mesmo: *“E agora? Como vou chama-la?”*. Eu me referia a estudante que se identificava como travesti. A resposta para esse questionamento não estava pronta, nem pra mim, e nem para as/os demais professoras/es que ali lecionavam. Percebi que falar de gênero e sexualidade em sala de aula é um problema recorrente, que, considerando a realidade da formação de professoras/es (incluindo a minha), o silenciamento culmina no abandono escolar das “jovens trans”.

Na sala das/os professoras/es a maioria preferiam o silêncio, que preservavam a preocupação e precaução em lidar com esse assunto. Enquanto, outras/os comentavam sobre a estudante, demonstrando ao mesmo tempo um desconhecimento e/ou deboche, principalmente no uso de nomes pejorativos *“o estranho”, “a bicha” “o viado”*. Além disso, não se observava nenhuma estratégia pedagógica diferenciada, a fim de contribuir na permanência desta estudante. No fundo, o sentimento entre as/os colegas era de que, veladamente, o que resolveria o incômodo com ela seria o seu abandono escolar.

Utilizo abandono escolar que segundo o descrito no *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Ideb* (2012, p.37): “o abandono como afastamento do aluno do sistema de ensino e desistência das atividades escolares, sem solicitar transferência”. Foi exatamente esse o caminho traçado por Brenda, que saiu da escola sem pedir a transferência.

Como esse fato não preocupou as/os professoras/es, eu fiquei intrigado. Aquele instante foi crucial para que eu pudesse refletir e buscar conhecimento. Confesso que aqui, senti-me motivado pelos estudos de gênero e sexualidade, pois havia a necessidade de propor outro caminho.

Temos uma concepção errônea sobre as questões de gênero e sexualidade, partindo do princípio que sexo/gênero são a mesma coisa e isso não muda, ou seja, é equivalente a matriz de inteligibilidade de Judith Butler (2003): “sexo” masculino = gênero masculino = desejo pelo “sexo oposto”; ou vice e versa “sexo” masculino = gênero masculino = desejo

pelo “sexo oposto”. Na visão das/os professoras/es deste relato, é inadmissível e/ou complexo entender esse processo, logo, preferem silenciar-se. Assim, o resultado dessa concepção é a falta de reconhecimento das/dos estudantes que fogem dessa matriz.

Ainda, para a autora, é impossível afirmar que existe um sexo verdadeiro.

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino.” (Butler, 2003, p. 24-25).

Por isso, é imprescindível desconstruir modelos prontos, é essa a dinâmica que está dentro do desafio a ser superado pelas/os professoras/es. Louro (1999) contribui para essa ideia. Segundo ela, devemos pensar a educação de forma humanizadora e sem respostas prontas, modelos e fórmulas estáveis, e reconhecer as novas práticas e sujeitos, sem estar debruçados em esquemas binários.

Sendo assim, é impossível manter-se estável e não tem como fugir dessa discussão, já que a temática da sexualidade é diariamente mencionada pelas/os estudantes, como, por exemplo, o namoro, a gravidez, a homossexualidade e ligadas às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), e para todas, elas/eles exigem respostas. Entretanto, silenciar-se sobre essas questões, deve ser entendido como um dispositivo histórico de poder, apontado nos estudos de Michel Foucault (2003). Para esse autor, o conceito de sexualidade é histórico-cultural, levando em consideração as relações de poder ali existentes, que constroem o normal e o anormal, e são nestes discursos que se estabelece o controle sobre o sujeito, esses dispositivos pautados no saber e poder ligados no sexo produziram discursos normativos sobre a sexualidade das mulheres, dos homens e das crianças, delimitando as perversões sexuais, entre elas a homossexualidade. Consequentemente, reproduzimos as normas estabelecidas cotidianamente dentro da escola, e não refletimos sobre esses atos.

Devido a isso, na escola o preconceito se proliferavam, entre outros fatores, por parte das/os professoras/es que insistiam em modelos heteronormativo, ou seja, nas regras binárias de gênero reconhecidas como masculina e feminina, atrelada a matriz de inteligibilidade que referimos acima. Berenice Bento (2011) diz que a escola é a instituição que produz e reproduz a heteronormatividade. Então, entre seus muros, há um ambiente hostil e que abandoná-la é uma questão de proteção para não sofrer mais com a violência. Inclusive a falta da abordagem desse tema é observada como uma forma de homofobia e transfobia. Homofobia, na visão de

Rogério Diniz Junqueira (2012), é toda forma de discriminação e violência contra pessoas homossexuais. Transfobia, na visão de Jaqueline Gomes de Jesus (2012), refere-se a preconceitos e discriminações sofridos pelas pessoas transgênero.

A inexistência de formações continuadas sobre a temática de gênero e sexualidade coopera com esse processo, portanto, é eminentemente urgente a sua inserção no trabalho pedagógico. Nossas concepções diante dessas questões dentro da escola ainda continuam cercadas por preconceitos e modelos prontos, por isso, é imprescindível buscar conhecimento e desfazer concepções. Conforme Cláudia Denis Alves da Paz (2014, p.174), “O espaço da escola pode ser esse local de desconstrução dessas certezas a partir de estudos, discussões, reflexões e problematizações”. Desse modo, não há espaço e momento mais indicado para que transformação, porém, a reflexão não pode ser isolada, mas sim, coletiva e inseridas nos documentos internos da escola. Seguindo o pensamento de Paz (2014, p.175), “A formação continuada de forma coletiva pode fortalecer e incentivar o desenvolvimento de ações pedagógicas sobre os temas na escola e que os mesmos possam ser inseridos no projeto político-pedagógico”.

Seguindo essa proposta, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola que vivi as experiências deste relato, não tinha nenhuma ação no que tange a formação continuada coletiva sobre o tema gênero e sexualidade, e nem projetos educativos e/ou de aprendizagem. O reflexo disso é a dificuldade em desenvolver atividades pedagógicas que sejam eficazes para combater o abandono escolar dessas pessoas.

“Como vou ensinar sobre o que eu não sei?”

Nas escolas que trabalhei é comum, em todo final de bimestre, uma formação continuada em serviço para elaborar projetos escolares interdisciplinares. Inicia sempre com um vídeo estimulador de propostas e, em seguida, as ideias são divulgadas e discutidas. Logo, sugeri atividades com tema vinculado a experiência de alunas/os lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), e defendi a proposta dizendo que tínhamos uma estudante que se identificava com uma dessas identidades. Imediatamente, ouvi uma resposta em tom melindroso: “*Como vou ensinar sobre o que eu não sei?*”. É claro, que todas/os ficaram em silêncio por alguns instantes, e outra colega completou dizendo: “*Não estamos preparados para ensinar esse assunto*”.

Buscamos respostas a partir do início, exatamente, o que observa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002), em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, dizendo que, o tradicionalismo na formação das/os professoras/es é um desafio a ser superado, já que, a educação se apresenta com novas características, pautadas na formação do direito à cidadania e na superação das desigualdades sociais.

Os elementos motivadores dessa proposta que devem ser praticados pelas/os professoras/es são: orientar, comprometer-se, incentivar, desenvolver, elaborar e utilizar. (2002, p. 04). Percebe-se que apesar de mais de *uma década* deste documento ainda é visível a dificuldade em superar os desafios. O próprio documento cita que “assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos” é uma prática docente (idem, p. 04).

Pensando nessa dinâmica de romper com o tradicional na educação, analiso a estrutura curricular dos *oito* cursos de graduação em licenciatura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - *Campus do Pantanal* (CPAN), na cidade de Corumbá, pois é desta instituição que as/os educadoras/es presentes em minha experiência discutida aqui são oriundos.

De todos os cursos consultados em uma rápida busca, apenas no curso de Educação Física e Pedagogia pudemos encontrar referências publicamente divulgadas sobre essa temática em questão. As buscas foram feitas no site da Unidade da UFMS de Corumbá. Assim, apenas o curso de Educação Física tratar diretamente das questões de gênero, corpo e sexualidade, e a Pedagogia ter em sua grade curricular os estudos sobre a diversidade e educação, é óbvio que esse déficit na formação prejudica e contribui significativamente para os discursos de não reconhecimento das inúmeras pessoas com identidades de gêneros trans ou não heterossexuais que estão acessando e/ou tentando se manter na escola. E considerando os cursos de Pós-graduação da mesma região deste relato, apenas o Mestrado em Educação da (UFMS) possui um linha de pesquisa com o tema “Gênero e sexualidade, cultura, educação e saúde”.

Isso implica em poucas reflexões e produções acadêmicas, e conseqüentemente discussões abrangentes que estimulam a comunidade docente das escolas públicas a qualificar-se para buscar combater o desconhecimento, que gera o silenciamento e o preconceito diante do tema da identidade de gênero e da diversidade sexual. Portanto, a hora da chamada, a acolhida, o uso do banheiro e até da permanência na escola dessas pessoas serão comprometidos.

O abandono escolar das “jovens trans”

Brenda, estimuladora deste relato não foi entrevistada, pois já havia se mudado de cidade, mas, os relatos das interlocutoras dessa pesquisa contribuem para entender as diversas formas de violência e negação dos direitos que ela sofreu, em sua experiência com a escola. O abandono escolar é uma espécie de fuga utilizada por elas que indicaram, quase de forma unânime, que a escola é excludente, e isso se deve muito a carência de formação das/os professoras/es com as questões de identidade de gênero e diversidade sexual.

Todas as entrevistadas têm suas vivências escolares na rede pública, são de bairros periféricos e, como já informamos, pertencem ao grupo de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos. As que tiveram experiências positivas com a escola demonstraram isso, não pela presença em sala de aula, mas sim, em outras atividades existentes ali (como as atividades voltadas às bancas e fanfarras, ou àquelas das festas juninas – como as apresentações das quadrilhas). Até mesmo, para algumas, isso facilitou o acesso ao mercado de trabalho.

Mesmo a escola vivenciando as diversas experiências identitárias, ou seja, é na escola que elas estão, performatizando, logo essas não eram suficientes para despertar ações de reconhecimento. Segundo uma das entrevistadas: “A falta de reunião, ou alguma palestra ou algo assim em relação a homossexualismo. Falar, fazer uma palestra e nunca a escola que eu estudava nunca que fizeram isso”. Podemos caracterizar certo comodismo e/ou omissão, porém, a falta de formação continuada coletiva é um empecilho para promover um ambiente de acesso e permanência de “pessoas trans” na escola.

Os apelidos eram cotidianos. “*Bicha*” e “*viado*” não podiam faltar nas conversas de sala de aula, intervalos e demais lugares da escola. Assim relata uma das entrevistadas: “Algumas me tratavam bem, bem assim: me chamavam pelo meu nome que tinha intimidade. Fora os outros me chamavam por apelido né? Brincavam comigo. Brincadeira bobá, besta que falam gay, bicha, até passava a mão essas coisas, brincavam”. Percebe-se que os atos de violência eram diários e cometidos em todos os espaços da escola. E quando era relatado, pouco se fazia. Com isso, muitas jovens abandonaram os estudos. Logo, percebe-se que o acesso ao direito à educação era mantido, contudo a sua permanência ficava comprometida.

O acesso à educação é um direito que deve ser assegurado, bem como, às liberdades individuais preconizadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Art. 2. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor,

sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (2009, p.02)

Assim, a escola deve proteger esses direitos e possibilitar que o seu acesso seja continuado com a permanência. Neste sentido, este relato de experiência permite apontar para a manutenção do ingresso dessas pessoas na rede de ensino, porém a sua continuidade não é concretizada. Esse problema é citado por autoras/es como Tássio Acosta (2016); Luma Nogueira de Andrade (2012); Willian Siqueira Peres (2009). Elas/es dizem que a escola é um ambiente normatizador, disciplinador e binário que difunde a discriminação contra as/os diversas identidade de gênero, por parte de estudantes e professores/as. Corroborar para isso, os relatos aqui apresentados pelas interlocutoras. Por essa razão, algumas preferem permanecer no “armário” como uma forma de proteção e visibilidade. O “armário” é definido por Richard Miskolci como um “termo para garantir a heterossexualidade e restringir a homossexualidade” (2009, p.29), isso reforça o que pensam as interlocutoras, onde se esconder nesse “armário” é garantia de visibilidade. Ainda que “armário” esteja mais vinculado a invisibilidade da sexualidade não heterossexual, ele aparece nas entrevistas com essas interlocutoras também para as questões da visibilidade trans, isto é, que estão mais ligada ao gênero.

Contudo, aquelas que decidem resistir, e assumir sua identidade, amparam-se em políticas públicas para manter-se no sistema de ensino. No caso, a portaria do nome social, é uma das ações que o estado promove para possibilitar que o direito à educação seja constituído.

Em várias entrevistas observei com clareza que “jovens trans” retornaram para os bancos escolares amparadas por este documento. Uma das entrevistas contou-me: “[...] *hoje em dia é mais fácil. Antigamente era meio difícil, porque a gente não podia chegar a ponto de falar que era um transexi, né? Nem... ainda é raro que ainda não tem nas escolas o nome da gente social, hoje em dia já tem assim, né? Agora que saiu essa lei que a gente pode usar o nome da gente em documentos*” A fala da interlocutora justifica a importância do uso no nome social na garantia do acesso e na permanência no sistema de ensino público dessas pessoas. Assim, é essencialmente, substancial a formação dos profissionais de educação para assegurar essas premissas.

No nosso Estado, recentemente, foi publicada pela Secretaria de Estado e Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), em diário oficial, a Resolução Estadual nº 3.443/18, que

garante nos registros escolares da rede estadual de ensino o uso do nome social pelas transexuais e travestis. Porém, essa medida tem que ser vista com cautela, porque, pode não surtir efeitos, entendendo que a falta de formação continuada é uma barreira a ser derrubada.

Considerações finais:

Nossa análise preliminar sobre as experiências de “*jovens trans*” com a escolas públicas de Corumbá/MS, via a minha experiência como professor de educação básica, orientado pelo professor Tiago Duque, aponta para a falta de formação continuada coletiva das/os professoras/es da rede pública de educação como um dos motivos para o abandono escolar dessa pessoas.

Mesmo que existam cursos de graduação e pós-graduação na cidade que abordam esses temas, estes não são suficientes para qualificar os profissionais da área que atuam na rede pública de ensino. Isso pode comprometer ações promovidas pelo Estado em forma de políticas públicas, no caso o da portaria do nome social no estado de Mato Grosso do Sul.

Sobre essa portaria, uma das interlocutoras dessa pesquisa, em relação a solução da não permanência de “*jovens trans*” nas escolas da cidade, questionou: “*Acredito que agora talvez, não sei né? Dependendo da escola, do turno né? Não sei*”. Sabemos que a portaria é fundamental para o acesso e a permanência, mas, infelizmente, não resolverá o problema da falta de formação continuada coletiva das/os professores, ainda que possa, quem sabe, ser mais um motivo para justificar a necessidade dessa prática em serviço.

Por fim, não queremos com essa reflexão, culpabilizar as/os professoras/es, antes, pensar que o mesmo Estado que avança no campo da garantia de direitos, em uma direção (como a normatização do uso do nome social nas escolas), também contribui com os silenciamentos que excluem “*jovens trans*” do contexto escolar (quando não oferece a formação continuada em temas como identidade de gênero e diversidade sexual).

Referências:

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Revista de Estudos Feministas, v. 19, n. 2, pp. 549-559, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>> Acessado em 20 abr. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Janeiro/2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivo/pdf/009.pdf>> Acessado em 04 mai.2018.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em:<<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acessado em: 05 mai.2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. [tradução de Maria T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque]. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

IDEB. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Formação em Ação, 2012. Disponível em:<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/File/CIENCIAS_IndicedeDesenvolvimentodaEducaçãoBásica.pdf> . Acessado em: 12 abr.2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, abril, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989> Acessado em: 09 jan.2018.

JUNQUERIA, Rogério Diniz. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. **Bagoas** - Estudos Gays: gênero e sexualidades. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>> Acessado em: 09 jan.2018.

LOURO, Guacira. Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. *Estudos Feministas*, p. 541 – 553 2/2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> Acessado em: 15 abri.2018.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991.

MISKOLCI, Richard. “**Comentário sobre A Epistemologia do Armário de Eve K. Sedgwick**”. In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. Cadernos Pagu. Campinas (SP): Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. pp. 55-63.

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO. Resolução nº 3443, de 17 de abril de 2018. Diário Oficial do Estado, Campo Grande, MS, p. 04-05, abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Campus do Pantanal**. Curso de Ciências Biológicas. Disponível em: <<https://sien.ufms.br/cursos/grade/0552>> acessado 07 mai.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Campus do Pantanal**. Curso de Educação Física. Disponível em: <<https://sien.ufms.br/cursos/grade/0569>> acessado 07 mai.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Campus do Pantanal**. Curso de Geografia. Disponível em: <<https://sien.ufms.br/cursos/grade/0549>>_ acessado 07 mai.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Campus do Pantanal**. Curso de História. Disponível em: <<https://sien.ufms.br/cursos/grade/0550>> acessado 07 mai.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Campus do Pantanal**. Curso de Letras Português/Inglês. Disponível em: <<https://sien.ufms.br/cursos/grade/0551>> acessado 07 mai.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Campus do Pantanal**. Curso de Letras Português/Espanhol. Disponível em: <<https://sien.ufms.br/cursos/grade/0567>> acessado 07 mai.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Campus do Pantanal**. Curso de Matemática. Disponível em: <<https://sien.ufms.br/cursos/grade/0553>> acessado 07 mai.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Campus do Pantanal**. Curso de Pedagogia. Disponível em: <<https://sien.ufms.br/cursos/grade/0568>> acessado 07 mai.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Programa de Pós-graduação em Educação/PPGE**. Mestrado em Educação. Disponível em: <<https://ppgecpan.ufms.br/linhas-e-projetos-de-pesquisa/>< acessado 07 mai.2018.

PAZ, Cláudia Denis Alves da. **“Eu tenho esse preconceito, mas eu sempre procurei respeitar os meus alunos”**: desafios da formação continuada em gênero e sexualidade. 2014. Tese – Doutorado em Educação – Faculdade de Educação/Universidade de Brasília.